



Bolsonaro negocia volta da CPMF, mas, em público diz que não quer criar novo imposto



Nos bastidores, Bolsonaro e parlamentares do Centrão articulam a volta da CPMF. Em público ele nega. Mais uma vez o presidente joga nas costas do pobre e do trabalhador a conta da crise econômica.

A falta de compromisso com a verdade tem sido característica do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), tanto no debate de questões internas quanto em discursos como o feito esta semana na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em que expôs o Brasil e os brasileiros a constrangimentos e riscos de ataques surpresa aos direitos e à renda.

O caso da volta da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é exemplar no que se refere aos ataques ao bolso dos trabalhadores e trabalhadoras. Em público, ele nega, mas autoriza sua bancada e seus subordinados e negociar escondido do povo.

Depois de negar diversas vezes durante sua campanha eleitoral e também após ter assumido a Presidência da República, a intenção de criar um novo imposto, Bolsonaro autorizou o seu líder na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP/PR) a negociar com os parlamentares do Centrão a viabilidade do Congresso aprovar a CPMF. A ideia é cobrar 0,2% de todas as transações digitais durante seis anos.

[Lei matéria completa em www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

Campanha da CUT e centrais pelos R\$ 600 está nas ruas e nas redes. Participe!



Os slogans são "Coloca o Auxílio Emergencial pra votar, Maia!", "Bota pra votar JÁ, Maia!" e as hashtags #Vota600 e #600PeloBrasil. A campanha tem ainda um abaixo assinado virtual para pressionar os parlamentares pela manutenção do auxílio emergencial no valor de R\$ 600 reais até dezembro, e todo material está disponível no site da CUT.

● LIVE da Condsef

DIA 26
 SÁBADO,
 ÀS 16H

PARTICIPANTES:



GEDIEL RIBEIRO
 DIRETOR DA SECRETARIA
 DE ASSUNTOS JURÍDICOS



VALMIR FLORIANO
 ASSESOR JURÍDICO DA
 CONDSEF/FENADSEF
 SÓCIO DA WADINEY
 ADVOGADOS ASSOCIADOS

TEMA:

ESCLARECENDO DÚVIDAS:
 ABORDAGEM JURÍDICA
 SOBRE ASSUNTOS DE
 INTERESSE DOS
 SERVIDORES

- 47,31%
- CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL
- 38,86%
- GREVE SANITÁRIA
- DECISÃO DO STF CONTRA REDUÇÃO DE JORNADA E REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES
- DESLIGAMENTO DE EMPREGADO PÚBLICO POR APOSENTADORIA
- CCU: BIBLIOTECAGEM E ADINS SOBRE CONTROLE DE REDES SOCIAIS DOS SERVIDORES
- AVERBAÇÃO AUTOMÁTICA DO TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO
- ADINS DA EC 103
- PROCESSOS SOBRE CORREÇÃO DO PASEP

ASSISTA NAS REDES:



CONDSEF CUT